FISCAL DE TRIBUTOS

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o texto e responda às questões a seguir:

A Princesa e a Rã

Luís Fernando Veríssimo

Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda, independente e cheia de **autoestima**.
Ela se deparou com uma rã enquanto contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo era relaxante e ecológico...
Então, a rã pulou para o seu colo e disse: linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito.
Uma bruxa má lançou-me um encanto e transformei-me nesta rã asquerosa.
Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo.
A tua mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavar as minhas roupas, criar os nossos filhos e seríamos felizes para sempre...
Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã sautée, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de um finíssimo vinho branco, a princesa sorria, pensando consigo mesma: - Eu, hein?... nem morta!

1. De acordo com as características predominantes deste texto, podemos classificá-lo como:

a) jornalístico e injuntivo
b)argumentativo e descritivo
c) humorístico e jornalístico
d)narrativo e humorístico

2. Sobre o texto, é possível AFIRMAR:

I- O autor quebra a expectativa do leitor ao escrever um final diferente daquele que seria o esperado para um conto de fada tradicional
II- No texto não há nenhum tipo de crítica à ideia de casamento e ao relacionamento "romântico", de modo geral
III- Ela não desejava se casar com o príncipe porque já estava comprometida em outro relacionamento

Assinale a alternativa CORRETA:

a) As afirmativas II e III estão corretas.
b) Apenas a afirmativa III está correta.
c) Apenas a afirmativa I está correta.
d)Todas as afirmativas estão incorretas.

3. Em relação à palavra *autoestima*, presente na primeira frase, podemos AFIRMAR que:

a) Está grafada de forma incorreta pois, diante de uma vogal no segundo termo da construção, há sempre a necessidade de colocar um hífen (auto-estima).
b) Está grafada de maneira correta pois, de acordo com o Acordo Ortográfico vigente, não se usa o hífen se o prefixo terminar com letra diferente daquela com que se inicia a outra palavra.
c) Está grafada de forma incorreta, já que é obrigatório o hífen em palavras com o prefixo *auto-*.
d) Está grafada de maneira correta, pois, nesse caso, o uso do hífen é facultativo e a palavra pode ser escrita das duas maneiras (autoestima e auto-estima), de acordo com o código ortográfico vigente.

4. A expressão "- Eu, hein?... nem morta!", proferida pela princesa no final do texto, pode se referir à seguinte situação implícita na narrativa:

a) A ideia de que, com o possível casamento, a protagonista teria que abrir mão da sua independência e se dedicar exclusivamente ao marido e aos filhos.
b) O ato "repugnante" de ter que beijar uma rã.
c) A princesa não queria quebrar o encanto do príncipe porque não queria contrariar a bruxa que lhe havia lançado o feitiço.
d) A princesa não desejava que o príncipe fosse morar no seu castelo.

5. Assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços da seguinte frase: "O governador também compareceu ao _____ do pianista _____ pois era uma _____ beneficente."

a) conserto - eminente - sessão
b) concerto - iminente - secção
c) conserto - iminente - seção
d) concerto - eminente - sessão

Leia a tirinha a seguir e responda às questões a seguir:

Texto 2

6. Sobre a frase "Que raridade, Mafalda!", é possível AFIRMAR que:

a) Sintaticamente, o termo "Que raridade" funciona como aposto.
b) Na frase, o nome "Mafalda!" desempenha a função de vocativo.
c) O termo "Mafalda" atua na frase como um predicativo do sujeito.
d) A frase inteira pode ser considerada como uma interjeição

7. A expressão “De vez em quando” poderia ser substituída também por expressões como:

a) Nunca/ não obstante/ ademais.
b) Às vezes/ quase sempre/ frequentemente.
c) Às vezes/ em algumas ocasiões/ eventualmente.
d) Quase sempre/ repetidamente/jamais.

8. Sobre os textos 1 (A Princesa e a Rã) e 2 (Tirinha da Mafalda), é possível AFIRMAR:

a) São totalmente desconexos porque abrangem temas completamente diferentes.
b) Ambos criticam a postura arrogante da mulher na sociedade contemporânea.
c) Não é possível fazer nenhum tipo de relação entre os textos porque são de autores e épocas distintas, além de se apresentarem em um suporte diverso (uma imagem e um texto).
d) Ambos evidenciam, de maneira bem-humorada, a evolução do papel feminino ao longo dos tempos e a descoberta de outras possibilidades pessoais e profissionais da mulher para além do casamento.

9. Assinale a alternativa onde o uso do hífen foi empregado CORRETAMENTE:

a)neo-clássico **b)super-humano** c)hiper-civilizado d)auto-escola

10. As formas femininas das palavras “Monge”, “Duque”, “Papa” e “Tigre” são, respectivamente:

a) monja – duquesa – papisa – tigresa b) freira – duqueza – papiza – tigressa
c) monga – duquesa – papiza – tigresa d) monja – duqueza – papissa – tigresa

11. O ambiente do sistema operacional Windows 7 que fornece um conjunto de ferramentas administrativas com finalidades especiais que podem ser usadas para configurar o próprio Windows, aplicativos e ambientes de serviços, chamamos de:

a)Painel de Sistemas. **b) Painel de Controle.**
c) Barra de exibição. d) Barra de Ferramentas.

12. Para sublinhar um texto selecionado utilizando-se o editor de textos Microsoft Office Word 2003, na sua configuração padrão, utilizamos a combinação de teclas:
a) CTRL + Z b) CTRL + T **c) CTRL + S** d)CTRL + L

13. No software Word 2010 BR, ao pressionarmos a tecla F1 temos como objetivo:
a) mostrar na tela a janela de Ajuda do Word.
b) Sublinhar o texto completo.
c) diminuir tamanho da fonte aplicada a um texto.
d) Apagar todo o texto.

14. No aplicativo Microsoft Office Word 2010 (configuração padrão) idioma padrão Português do Brasil, para recortar é utilizado o atalho:
a) CTRL + Z b) CTRL + T **c) CTRL + X** d) CTRL + L

15. São Princípios da Administração Pública:

a) Legalidade e Impessoalidade
b) Moralidade e Publicidade
c) Eficiência e Impessoalidade
d) Todas estão corretas

16. A _____ está no alicerce do Estado de Direito, no princípio da autonomia da vontade. Baseia-se no pressuposto de que tudo o que não é proibido, é permitido por lei. Mas o administrador público deve fazer as coisas sob a regência da lei imposta. Portanto, só pode fazer o que a lei lhe autoriza.

a) Legalidade b) Razoabilidade c) Igualdade d) Publicidade

17. Foi publicada no começo de junho/2014 a Lei nº 12.990/14, que reserva 20% das vagas dos concursos do Poder Executivo federal e de sua respectiva Administração Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) para candidatos negros, sempre que o número de cargos oferecidos for igual ou superior a três. Vale destacar que, por ora, a lei não alcança os concursos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e os certames estaduais e municipais. A tendência, todavia, é a expansão dessa política para as demais esferas da Federação. O sistema de cotas hoje é adotado para:

a) Universidades Estaduais
b)Universidades Federais
c) Todas as Universidades
d) Nenhuma alternativa é correta

18. O ebola é uma doença grave, que mata em 90% dos casos, e para a qual não existe tratamento. Sua contaminação acontece:
a) Surtos costumam começar quando um humano entra em contato com fluidos de um animal contaminado.
b) Os principais animais transmissores do vírus são macacos, gorilas e chimpanzés.
c) O vírus se espalha por meio do contato com sangue, secreções e fluidos corporais de pessoas contaminadas, inclusive no ambiente, como em lençóis, roupas e agulhas.
d)Todas as alternativas estão corretas.

19. Durante a Copa do Mundo 2014, um time teve 12 pênaltis a seu favor. Sabendo que a razão do número de acertos para o total de pênaltis foi de 3/4, quantos pênaltis foram convertidos em gol por essa equipe?

a) 7

b) 8

c) 9

d) 10

20. Não sabemos a distancia entre a casa de Gledson e a casa de Rafael. Sabemos que *37,5% dessa distância corresponde a 600 m. Qual a distância* entre a casa de Gledson e Rafael**?**

a) 1.900m

b) 1.800m

c) 1.700m

d) 1.600m

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No exercício das mais diversas funções públicas, os servidores devem respeitar os valores éticos e morais que a sociedade impõe para o convívio em grupo.
São valores éticos necessários ao servidor público no exercício de sua função, EXCETO:
a) Autoridade. b) Responsabilidade. c) Compromisso. d) Alteridade.

22. O direito tributário é regido por alguns princípios, dos quais trata a Constituição Federal. Os princípios tributários norteiam a competência dos entes políticos, e junto com as imunidades, que são regras que proíbem a tributação sobre certos bens, pessoas ou fatos, determinam os limites ao poder de tributar destes entes políticos.
São princípios do direito tributário, EXCETO:

a) Princípio da legalidade. b) Princípio da seletividade.
c) Princípio da impessoalidade. d) Princípio da irretroatividade.

23. Imposto é o tributo que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte. Classifica-se no rol dos tributos não vinculados, assim, seu fato gerador é composto de uma situação que para sua ocorrência não há qualquer atividade do Estado. De acordo com a sua regularidade, os impostos se classificam como:
a) Direto e indireto. **b) Extraordinário e ordinário.**
c) Pessoais e impessoais. d) Objetivo e subjetivo.

24. Tributo de competência comum da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, cujo fato gerador é vinculado a uma atuação específica do Estado em relação contribuinte, consistente no exercício regular do poder de policia ou na utilização efetiva ou potencial de serviço público divisível e específico. Quanto à espécie tributária, o texto refere-se:

a) Ao imposto.
b) A contribuição de melhoria.
c) As contribuições sociais.
d) As taxas.

25. Contribuições são tributos cobrados para financiamento da área social, intervenção no domínio econômico e interesse de categoria profissional (art. 149 da CF\88). Possui como característica a destinação da arrecadação para determinada atividade prestada por entidade estatal ou paraestatal. São exemplos de contribuições, EXCETO:
a) Contribuição Social.
b) Contribuição Compulsória.
c) Contribuição Corporativa.
d) Contribuição Interventiva.

26. A taxa na sua configuração não pode ter a mesma base de cálculo dos impostos. Sua base de cálculo sempre será vinculada ao preço do serviço, pois este tributo é uma contraprestação pelo serviço prestado ao contribuinte. É considerado um serviço essencial ao interesse público remunerado pela taxa:
a) Coleta de lixo.
b) Expedição de passaporte.
c) Serviços de água e luz.
d) Serviços de correios.

27. Competência Tributária é a faculdade atribuída pela Constituição para o Estado lato sensu editar leis que criem in abstrato tributos, devendo descrever todos os elementos essenciais da norma jurídico-tributária. Quanto às características da competência tributária, é CORRETO afirmar que:

a) A exclusividade reforça a ideia de que a competência tributária não é patrimônio absoluto da pessoa política que a titulariza. Esta pode exercitá-la, mas não tem total disponibilidade.
b) Irrenunciabilidade: seu não exercício não tira da pessoa política a faculdade de a qualquer dia criar o tributo.
c) A Indelegabilidade caracteriza-se pelo fato de que cada pessoa política detém sua faixa tributaria privativa. Caso atue fora desta faixa o tributo será inconstitucional.
d) Facultativa: a pessoa política é quem decide se vai ou não criar tributo. Pode, ainda, utilizar apenas parte de sua competência, criando parcialmente o tributo.

28. O Código Tributário Nacional expressa a importância da manutenção da escrituração contábil, quando menciona que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos realizados, devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se referem. Acerca dos Livros Fiscais, pode-se AFIRMAR que:

a) Registram documentos e eventos de natureza fiscal, com o fim especial de apurar e controlar os impostos devidos aos governos federal, estadual ou municipal.
b) É utilizado para escriturar o movimento das ações da empresa, as deliberações em reuniões da Diretoria, da Assembleia Geral dos Acionistas ou do Conselho Fiscal.
c) Tem por função abrigar toda a movimentação da empresa, dia-a-dia, representada pelos lançamentos contábeis.
d) É um livro obrigatório, cronológico e principal que tem por função abrigar toda a movimentação econômica da empresa.

29. O ISSQN pode ser recolhido mensalmente a partir de uma alíquota que varia de acordo com o serviço prestado. Quanto às formas de recolhimento do ISSQN mensal, pode-se AFIRMAR que o mesmo ocorre:

I- pelo faturamento – através do regime de auto arrecadação.
II- estimativa – através do regime de estimativa, com valores apurados (preço do serviço) pela fiscalização tributária com processo administrativo regular.
III- sujeição passiva – pelo regime de substituição tributária, quando o tomador dos serviços é responsável solidariamente com o prestador dos serviços para o recolhimento de tributo.

Estão CORRETAS:
a) I e II. b) I e III. **c) II e III.** d) I, II e III.

30. Uma pessoa jurídica com CNPJ e inscrição municipal situada no Município de Pentecoste prestou serviços no mês e emitiu uma nota no valor de R$ 68.000,00. Supondo que o ISS cobrado neste município para este tipo de serviço é a alíquota máxima permitida por lei, pode-se AFIRMAR que o desconto foi de:

a) R$ 3.300,00 **b) R$ 3.400,00** c) R$ 3.500,00 d) R$ 3.600,00

31. No Brasil, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (acrônimo: CNPJ) é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal brasileira. O Cadastro funciona como uma identidade e nele estão informados dados da empresa, EXCETO:

a) Nome da empresa.
b) Código e descrição da atividade econômica principal.
c) Código e descrição da natureza jurídica.
d) Código e descrição da atividade econômico-financeira.

32. O artigo 142 do CTN, afirma que "Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, que se entende por procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributária, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível". São consideradas modalidades de Lançamento tributário, EXCETO:
a) Homologação. **b) Recolhimento**. c) Ofício. d) Declaração.

33. Lei n° 8.137, Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades econômicas.
II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Estão CORRETAS:
a) I, II, IV e V. b) II, III e V. c) I, III, IV e V. **d) II, III, IV e V.**

34. O tipo de lançamento efetuado pelo órgão fazendário quando a declaração não é prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária, é chamado de:
a) Por recolhimento. **b) De ofício.** c) Por declaração. d) Por restrição.

35. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, é CORRETO afirmar que:

a) A base imponível do imposto é o valor venal do bem alcançado pela tributação, assim considerado o constante do Cadastro Imobiliário.
b) O imposto será sempre lançado em valor integral, mesmo para os imóveis concluídos em meio de exercício fiscal.
c) Será concedido um desconto de dez por cento para o pagamento em cota única do imposto.
d) Por opção do contribuinte, o imposto poderá ser pago em até dez prestações, mensais e consecutivas.

36. Não integra o sistema tributário municipal a taxa referente a serviços de:
a) Iluminação pública. b) Coleta de resíduos sólidos.
c) Expediente. d) Cemitério.

37. Com base no Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a Nota Fiscal de Prestação de Serviço será extraída, no mínimo, em 3 vias, destinadas a:

a) 1ª via, será destacada para fins contábeis e de controle pelo fisco; 2ª via, deverá permanecer fixada ao bloco; 3ª via, será entregue ao Tomador ou Destinatário dos serviços.
b) 1ª via, será entregue ao Tomador ou Destinatário dos serviços; 2ª via, será destacada para fins contábeis e de controle pelo fisco; 3ª via, deverá permanecer fixada ao bloco.
c) 1ª via, deverá permanecer fixada ao bloco; 2ª via, será destacada para fins contábeis e de controle pelo fisco; 3ª via, será entregue ao Tomador ou Destinatário dos serviços.
d) 1ª via, será entregue ao Tomador ou Destinatário dos serviços; 2ª via, deverá permanecer fixada ao bloco; 3ª via, será destacada para fins contábeis e de controle pelo fisco.

38. É o imposto sobre transmissão de bens imóveis por ato oneroso "intervivos". Para que se possa fazer o registro da transferência de um imóvel adquirido, é obrigatório que antes se pague o:
a) ITBI. b)IGF. c)IPI. d)IR.

39. Os livros fiscais exigidos perante a legislação do ICMS/IPI poderão ser autenticados na Secretaria de Estado da Fazenda ou no Órgão de Registro do Comércio, à opção do contribuinte. Ficam dispensados de autenticação os seguintes livros, EXCETO:

a)livro de Apuração do Lucro Real – LALUR.
b)livros Registro de Inventário.
c)livros facultativos.
d)livro Registro de Estoque de Imóveis das empresas imobiliárias.

40. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor público estável só perderá o cargo:
I - Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
II - Mediante processo administrativo em que seja considerado culpado.
III - Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Estão CORRETAS:
a) I e II. **b) I e III.** c) II e III. c) I, II e III.